



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO –  
UASG 158099**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2022  
(Processo Administrativo n.º 23199.005188/2022-21)**

Torna-se público que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – UASG 158099, por meio do Setor de Licitações e Compras da Reitoria, sediado na Av. Dr. Randolpho Borges Júnior, 2900 – Bairro Univerdecidade – CEP: 38064-300 – Uberaba - MG, realizará licitação, *para registro de preços*, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, *do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013*, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **05/10/2022**

Horário: **08h30min – Horário de Brasília – DF.**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**Critério de Julgamento: menor preço por item**

**Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário**

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a *contratação* de seguro contra acidentes pessoais para os estagiários do IFTM Reitoria e seus Campi, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será realizada em único item.*

1.3. *O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.*

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 *As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.*



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

### **3. DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.1.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
  - 4.1.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 4.1.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 4.1.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
  - 4.1.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**REITORIA**

de dissolução ou liquidação;

4.1.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.1.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.1.8 Empresas, nos termos do artigo 122 do Decreto-Lei nº 73/66, e a instrução SUSEP nº 19/1999, Enunciado nº 8.

4.2 *Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.*

4.2.1 *Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.*

4.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

4.5.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- 4.5.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.5.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.5.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.5.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.5.6 que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 4.5.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.5.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *valor unitário e total do item;*

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

6.4 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

- 6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

- 6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**REITORIA**

**7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
- 7.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.
- 7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1 *O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.*
- 7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8 *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.*
- 7.9 *A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.*
- 7.10 *Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.*
- 7.10.1 *Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.*



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

- 7.11 *Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.*
- 7.11.1 *Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.*
- 7.12 *Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação*
- 7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17 O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.20 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.21 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**REITORIA**

- 7.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.24 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:
- 7.25.1 por empresas brasileiras;
- 7.25.2 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.25.3 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.27.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.27.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.28 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

- 8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

- 8.3 A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 8.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:
- 8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
  - 8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;
  - 8.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
  - 8.4.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;.
  - 8.4.4.1 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
    - 8.4.4.1.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
    - 8.4.4.1.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
  - 8.5 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
  - 8.6 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
  - 8.7 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
    - 8.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

- 8.8 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.8.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo
- 8.8.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 8.9 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.10 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.13 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.14 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 8.15 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

## **9 DA HABILITAÇÃO**

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**REITORIA**

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;>);

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**REITORIA**

encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

**9.8. Habilitação jurídica:**

9.8.1. *no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;*

9.8.2. *Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);*

9.8.3. *No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;*

9.8.4. *inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;*



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

**9.8.7. *Comprovação de cadastro e regularidade junto à SUSEP, em plena validade.***

9.8.8. *No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.*

9.8.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**9.10. Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**REITORIA**

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.2.3. *Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.*

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. **Qualificação Técnica:**

9.11.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.11.1.1. Apresentação de certificado de cadastro, inscrição e regularidade junto à SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), em plena validade.

9.11.1.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

9.11.1.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.11.1.2.2. A licitante deverá apresentar a Certidão de Administradores, emitida pela superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para fins de participação em licitação, que comprove a inexistência de pendências perante ao referido órgão.

9.11.1.2.3. Apresentar comprovante de aptidão ou declaração de capacidade técnica expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado demonstrando que executa ou executou contrato de prestação dos serviços a serem contratados, por período não inferior a 01 (um) ano, em quantidade correspondente ao mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade dos itens constantes da tabela do subitem 1.1 do Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

9.11.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.11.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.4. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.;

9.12. *Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar, conforme item 10.5 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017:*

9.12.1. *A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;*

9.12.2. *A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;*

9.12.3. *A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;*

9.12.4. *O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;*

9.12.5. *A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e*

9.12.6. *Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia*





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**REITORIA**

*que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;*

9.12.7. *A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.*

9.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

## **10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

*10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:*

*10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.*

*10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este Edital;*

*10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.*

*10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.*

*10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.*

*10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).*

*10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.*

*10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.*

*10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.*

*10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.*

## **11 DOS RECURSOS**

*11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.*

*11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.*



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**REITORIA**

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

#### **14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 14.1. *Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.*

#### **15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 15.1. *Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.*
- 15.2. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.*
- 15.3. *O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.*
- 15.4. *Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.*
- 15.4.1. *Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.*

#### **16 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 16.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.*
- 16.2. *O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.*
- 16.2.1. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.*
- 16.2.2. *O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.*



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

16.3. *A assinatura do termo de contrato, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:*

16.3.1. *o contrato, aplica-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;*

16.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;*

16.3.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.*

16.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na assinatura do contrato e da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato e da ata de registro de preços.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato e a ata de registro de preços.

## **17 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **18 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

## **19 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **20 DO PAGAMENTO**

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

## **21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 21.1.3. apresentar documentação falsa;
- 21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.6. não manter a proposta;
- 21.1.7. cometer fraude fiscal;
- 21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 21.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**REITORIA**

- 21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 21.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.
- 21.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

## **22 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 22.1. *Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.*
- 22.2. *A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.*
- 22.3. *Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.*
- 22.4. *Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.*

## **23 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@iftm.edu.br](mailto:licitacao@iftm.edu.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Dr. Randolpho Borges Júnior, 2900 – Bairro Univerdecidade – CEP: 38064-300 – Uberaba - MG, seção de Protocolo da Reitoria.
- 23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 23.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**REITORIA**

## **24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e [www.iftm.edu.br/licitacoes](http://www.iftm.edu.br/licitacoes), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Dr. Randolpho Borges Júnior, 2900 – Bairro Univerdecidade – CEP: 38064-300 – Uberaba - MG, nos dias úteis, e com prévio agendamento de horário pelo email [licitacao@iftm.edu.br](mailto:licitacao@iftm.edu.br), no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 24.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 24.12.1.1. – Anexo I do Termo de Referência – Condições gerais de prestação de serviço;
- 24.12.1.2. – Anexo II do Termo de Referência – IMR – Instrumento de medição de resultado;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

- 24.12.1.3. – Anexo III – Estudos Técnicos Preliminares - ETP
- 24.12.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 24.12.3. ANEXO III – Anexo à Ata de Registro de Preços;
- 24.12.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;
- 24.12.5. *ANEXO V – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços;*
- 24.12.6. *ANEXO VI – Modelo de Instrumento de Medição de Resultado – IMR*

DEBORAH SANTESSO BONNAS  
REITOR(A)



Documento assinado eletronicamente por DEBORAH SANTESSO BONNAS, REITOR(A), em 20/09/2022, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.iftm.edu.br/autenticacao/> informando o código verificador **DEF5EE1** e o código CRC **B19E3197**.

Referência: NUP: 23199.011533/2022-66

DOCS nº 0000415262



INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
Triângulo Mineiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN  
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI

**ANEXO I DO EDITAL**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**(VERSÃO PUBLICAÇÃO)**

**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP**

Processo Administrativo n.º 23199.005188/2022-21

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de **SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS PARA OS ESTAGIÁRIOS DESTA IFTM mediante apólice coletiva**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e ainda as normas cogentes editadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados):

ITENS DO TERMO DE REFERÊNCIA							
ORDEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO ITEM	QTD TOTAL	CÓD. SIASG	CÓD. ITEM	U.F.	PREÇO MÉDIO (R\$)	TOTAIS (R\$)
3.3.90.39.69 SEGUROS EM GERAL							
1	CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS PARA ESTAGIÁRIOS (PELO PRAZO DE 12 MESES) - - .	3215	906	9766	UNIDADE	4,72	15.174,80
	SOLICITANTES	QUANTIDADES			TOTAIS		
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE	100			472,00		
	CAMPUS ITUIUTABA	315			1.486,80		
	CAMPUS PARACATU	1000			4.720,00		
	CAMPUS PATOS DE MINAS	80			377,60		
	CAMPUS UBERABA	820			3.870,40		
	CAMPUS UBERLÂNDIA	450			2.124,00		
	REITORIA	30			141,60		
	CÂMPUS AV. UBERABA - PARQUE TECNOLÓGICO	420			1.982,40		
	TOTAL GERAL DOS ITENS						R\$ 15.174,80

<b>SOLICITANTES</b>
CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE
CAMPUS ITUIUTABA
CAMPUS PARACATU
CAMPUS PATOS DE MINAS
CAMPUS UBERABA
CAMPUS UBERLÂNDIA
CÂMPUS AV. UBERABA - PARQUE TECNOLÓGICO
REITORIA

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de emissão de apólice coletiva de seguro contra acidentes pessoais para os estagiários deste IFTM.
- 1.3. Os quantitativos anual e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima (subitem 1.1).
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução **POR TAREFA**.



- 1.5. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, a partir da data definida em ordem de serviço, no interesse da administração, mediante Termo Aditivo, será prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a sua duração a 60 (sessenta) meses, “ex-vi” do disposto no inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.
- 1.6. O prazo a que se refere o subitem anterior poderá, excepcionalmente, desde que devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente, ser prorrogado por até **12 (doze) meses**, na forma estabelecida no §4º, do Art. 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- 1.7. A prorrogação do Contrato, quando vantajosa para a Administração, será promovida mediante celebração de Termo Aditivo.
- 1.8. O IFTM não prorrogará o contrato quando os preços praticados pela empresa contratada estiverem superiores aos estabelecidos com os praticados no mercado, admitindo-se a negociação para redução dos preços, ou ainda, se a empresa contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensão no âmbito da União.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A proposição para a contratação deste **seguro contra acidentes pessoais para estagiários**, visa atender os ditames da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, a Instrução Normativa Nº213, de 17 de dezembro de 2019, que dispõem sobre o estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dão outras providências acerca do assunto.
- 2.2. A aquisição compartilhada deste objeto justifica-se para atender as demandas do planejamento geral, constituído por serviços de seguro de vida contra acidentes pessoais para os estagiários, destinados as atividades institucionais e seus objetivos, bem como contribuir para o cumprimento da missão do IFTM.
- 2.3. É preciso assegurar aos estagiários, seguro contra acidentes pessoais, em atendimento à legislação específica. Oferecer segurança aos estagiários e a garantia de que haverá o ressarcimento de despesas e indenizações, conforme previsto na Apólice de Seguros. A apólice deverá prever cobertura para morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente, ressarcimento de despesas médicas hospitalares e odontológicas.
- 2.4. Os serviços deverão acobertar os eventos ocorridos em território nacional e em qualquer período:
  - 2.4.1. Estudantes oriundos de outras Instituições de Ensino e que realizem estágio nos Campi solicitantes do IFTM, por prazo certo e determinado, conforme condições estabelecidas no Termo de Compromisso de Estágio;
  - 2.4.2. Estudantes regularmente matriculados nos Campi solicitantes do IFTM e que realizem estágio no próprio IFTM ou em outras instituições.
- 2.5. Justifica-se também a escolha da modalidade de Registro de Preços, por ser conveniente para Administração a contratação dos serviços para atendimento de todas as unidades do IFTM, em um único processo licitatório, com a diminuição dos custos administrativos, assim gerando economia e eficiência na alocação dos recursos para sua execução.
- 2.6. Ademais o objeto a ser licitado possui a necessidade de contratações frequentes, com entregas parceladas, sem a previsão da quantidade de demandas, a serem solicitadas por mais de um campus deste IFTM, conforme art. 3º inciso I, II e IV do Decreto 7.892/2013.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. Contratação de serviços de **seguro em grupo contra acidentes pessoais**, mediante apólice coletiva, para estagiários do IFTM e no próprio IFTM, conforme condições previstas neste Termo de Referência.
- 3.2. A solução não será parcelada, visto a licitação ser conjunta entre a Reitoria e seus Campi gerando assim, maior atratividade ao mercado e aumentando a competitividade por meio de um único fornecedor.
- 3.3. Contratação de empresa para prestação de serviço de seguro contra acidentes pessoais para estagiários, pelo prazo de doze meses, podendo ser prorrogado até o limite legal (sessenta meses), observadas as normas cogentes editadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) para o IFTM (Reitoria e seus Campi), por

meio de licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço unitário, para REGISTRO DE PREÇOS, em moeda nacional.

#### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de **serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva**, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, e através do sistema de registro de preços, “**menor preço por item**”, conforme previsto na lei 10.520/2002, Decreto 7892/2013 e Decreto nº 10.024/2019.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, por meio de pregão eletrônico com sistema de registro de preços;

5.1.2. poderão participar deste Pregão Eletrônico interessados cujo ramo de atividade seja compatível como objeto deste pregão, desde que a empresa:

5.1.2.1. seja devidamente cadastrada junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.;

5.1.2.2. possuam registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), conforme Disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018;

5.1.2.3. declare estar ciente e que concorde com as condições contidas neste TR e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos da habilitação definidos e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências deste documento, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.1.2.4. elabore sua proposta de forma independente;

5.1.2.5. não possua, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.1.3. A empresa deve ser hábil para prestação de serviços continuados.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

#### 6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, conforme justificativa abaixo:

6.1.1. O objeto pleiteado não se enquadra em vínculos de caráter sustentável na especificação técnica do objeto.

6.1.2. Devido à natureza do serviço, não haverá cláusula no Termo de Referência referente à sustentabilidade uma vez que o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU não faz nenhuma recomendação sobre o assunto.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Ver **Anexo I** deste Termo de Referência

7.2. A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato.

## 8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante participante deverá ofertar preço unitário e total por item, conforme tabela constante do subitem 1.1 deste Termo de Referência.

8.2. Os preços ofertados serão compostos de todos os tributos e taxas incidentes na execução dos serviços a serem contratados.

8.3. Será considerada a LICITANTE VENCEDORA a empresa que o ofertar o **menor preço por item** e atender aos requisitos do edital.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.11. Comunicar à seguradora todas as ocorrências mensais de inclusões e exclusões de segurados;

9.12. Fornecer à seguradora todas as informações necessárias para a análise e aceitação do risco, previamente

estabelecidas pelas Seguradoras, incluindo dados cadastrais;

- 9.13. Manter a Seguradora informada a respeito dos Segurados, seus dados cadastrais, alterações na natureza do risco coberto, bem como quaisquer eventos que possam, no futuro, acarretar-lhe responsabilidade, de acordo com o definido contratualmente;
- 9.14. Fornecer ao Segurado, sempre que solicitado, quaisquer informações relativas ao contrato de seguro;
- 9.15. Repassar à Seguradora todas as comunicações ou avisos inerentes à Apólice, quando for diretamente responsável pela sua administração;
- 9.16. Discriminar o nome da Seguradora responsável pelo risco, nos documentos e comunicações referentes ao seguro emitidos para o Segurado;
- 9.17. Comunicar de imediato à Seguradora, tão logo tome conhecimento, a ocorrência de qualquer sinistro ou expectativa de sinistro referente ao grupo que representa, quando esta comunicação estiver sob sua responsabilidade;
- 9.18. Dar ciência aos Segurados dos procedimentos e prazos estipulados para a liquidação de sinistro;
- 9.19. Comunicar de imediato à seguradora quaisquer procedimentos que considerar irregulares quanto ao seguro contratado.
- 9.20. Conferir, receber o serviço executado ou recusá-lo quando não estiver de acordo com as especificações deste T.R.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais,

previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.21. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.21.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.21.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.



- 10.22. Responsabilizar-se pelos pagamentos das indenizações oriundas do seguro contratado.
- 10.23. Enviar fatura/boleto mensalmente contendo o valor para pagamento em até **30 (trinta) dias** do recebimento da relação de segurados.
- 10.24. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições legais exigidas para a contratação, sob pena de rescisão e aplicação das sanções previstas no Edital Licitatório, no contrato e nas demais disposições legais pertinentes, garantida a ampla defesa;
- 10.25. Providenciar o pagamento da indenização devida em função do contrato de seguro no prazo de **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento de toda a documentação e informações ou esclarecimentos solicitados ao(s) Beneficiário(s), que comprovem a ocorrência de sinistro coberto pela Apólice e os prejuízos indenizáveis;
- 10.26. Atender as solicitações da CONTRATANTE em um prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**;
- 10.27. O prazo de entrega das apólices de seguro, não poderá exceder **15 (dez) dias** a contar do recebimento da Nota de Empenho e assinatura do Termo de contrato juntamente com as respectivas listagens dos segurados.
- 10.28. A contratada deverá emitir, em 02 (duas) vias, certificado individual em nome dos segurados, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contendo descritivo detalhado da cobertura oferecida, bem como orientações no caso de sinistro.
- 10.29. O descumprimento das obrigações por parte da contratada acarretará aplicação de penalidades, conforme descrito neste T.R. e na legislação vigente.
- 10.30. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa e/ou dolo quando da entrega dos serviços.

## 11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 13.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 13.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.



13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

13.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **14. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

14.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 14.2.1. não produziu os resultados acordados;

- 14.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 14.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## 15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 15.2. No prazo de até **05 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato
- 15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 15.3.2. No prazo de até **10 dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 15.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 15.4. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 16. DO PAGAMENTO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

16.3. O pagamento será efetuado **mensalmente** pela Contratante no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.5.1. o prazo de validade;

16.5.2. a data da emissão;

16.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.5.4. o período de prestação dos serviços;

16.5.5. o valor a pagar; e

16.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 17. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de **um ano** contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I<sup>o</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 20.1.1. O presente processo licitatório trata-se de Registro de Preços, ou seja, não se tem certeza se haverá contratações de todos os itens e, ainda, sequer se os quantitativos totais dos itens contratados serão empenhados;
- 20.1.2. Não há histórico de problemas relacionados com a entrega de materiais e serviços no IFTM, que seriam amenizados, caso se tivesse solicitado uma garantia de execução do objeto contratado;
- 20.1.3. Não há exigência legal para a interposição de garantia, conforme texto expresso no art. 56 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 20.1.4. A adoção da garantia de execução do objeto contratado neste caso, ensejaria contrariar diversos princípios constitucionais, a saber:
- 20.1.4.1. Um aumento nos custos dos fornecedores, com consequente aumento de preços da contratação / compra, contrariando o princípio da "vantajosidade da Administração";
- 20.1.4.2. Um aumento na burocracia para o recebimento do material / serviço, contrariando o princípio da "eficiência";
- 20.1.4.3. Um aumento no tempo dispendido com a contratação, contrariando o princípio da "celeridade";
- 20.1.4.4. Contrariaria o princípio da "razoabilidade", já que a maioria dos itens aqui apresentados possuem valores pequenos, são comuns e de entrega imediata; mais esta obrigação, então, inviabilizaria a sua comercialização / contratação;
- 20.1.4.5. Uma diminuição da capacidade de concorrência, principalmente para as micro e pequenas empresas, já que não possuem acesso e experiência em trâmites burocráticos de garantia, contrariando o princípio da "isonomia".



## 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
  - ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - fraudar na execução do contrato;
  - comportar-se de modo inidôneo; ou
  - cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - Multa de:**
    - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze) dias**. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
    - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
    - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
    - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
    - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
    - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
  - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
  - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.



21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01

7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (Trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.



INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
Triângulo Mineiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN  
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI

- 21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 22.3.1. Apresentação de certificado de cadastro, inscrição e regularidade junto à SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), em plena validade.
- 22.3.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 22.3.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:
- 22.3.2.1.1. A licitante deverá apresentar a Certidão de Administradores, emitida pela superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para fins de participação em licitação, que comprove a inexistência de pendências perante ao referido órgão.
- 22.3.2.1.2. Apresentar **comprovante de aptidão ou declaração de capacidade técnica** expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado demonstrando que executa ou executou contrato de prestação dos serviços a serem contratados, por período não inferior a 01 (um) ano, em quantidade correspondente ao mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade dos itens constantes da tabela do **subitem 1.1** deste T.R
- 22.3.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 22.3.2.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 22.4. O critério de julgamento da proposta é o **menor preço por item**.
- 22.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 22.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 15.174,80 (QUINZE MIL CENTO E SETENTA E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS)**

## 24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN  
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI

**24.1.** Por se tratar de Sistema de Registro de Preços-SRP, será indicada somente na formalização do empenho de despesa, de acordo com o **§ 2º, do artigo 7º, do decreto nº 7.892/2013.**

Uberaba/MG, 27 de julho de 2022.

Fabiano Franciolle Ferreira Resende

**Coordenador Planejamento Orçamentário**

Andressa Lima da Cunha

**Coordenador Geral de Planejamento Institucional**

**(Substituta)**

## **ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA -**

### **CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

#### **1. DAS CONDIÇÕES**

- 1.1. A contratada deverá emitir uma apólice para cada Campus solicitante e Reitoria.
- 1.2. Coberturas do seguro:
  - A) MORTE ACIDENTAL – R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS);
  - B) INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE – R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS);
  - C) DESPESAS MÉDICO HOSPITALARES E ODONTOLÓGICAS – R\$ 1.500,00 (UM MIL E QUINHENTOS REAIS).

#### **2. DAS GARANTIAS BÁSICAS**

- 2.1. **Morte Acidental** – A Contratada deverá efetuar o pagamento do capital segurado ao(s) beneficiário (s), em caso de morte do segurado ocasionada por acidente pessoal, ocorrido durante a vigência do contrato.
- 2.2. **Invalidez Permanente Total ou Parcial por acidente** – A Contratada deverá efetuar o pagamento de indenização ao segurado, relativa à perda, redução ou a impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em razão de lesão física ocasionada por acidente pessoal, ocorrido durante a vigência do seguro. Após a conclusão do tratamento, ou esgotados os recursos terapêuticos para a recuperação e verificada a existência de invalidez permanente avaliada quando da alta médica definitiva, a Seguradora pagará ao próprio segurado uma indenização, conforme Tabela para Cálculo de Indenização em caso de invalidez permanente, que deverá estar anexa às condições gerais do seguro.
- 2.3. **Despesas Médico Hospitalares e Odontológicas** – A Contratada deverá efetuar o pagamento do capital segurado ao(s) beneficiário (s), decorrentes de acidente coberto, efetuadas exclusivamente pelo beneficiário para o seu tratamento, desde que iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados da data do evento, sob orientação médica, incluindo diárias hospitalares necessárias para restabelecimento do beneficiário, limitado ao valor do contrato.
- 2.4. **OBS** – Considera-se acidente pessoal o evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário, violento, causador de lesão física, que, por si só e independente de toda e qualquer causa, tenha como consequência direta a morte ou a invalidez permanente total ou parcial do segurado.

#### **3. PERIMETRO DE PERÍODO DE COBERTURA**

- 3.1. O seguro dará cobertura às 24 horas do dia e por todo globo terrestre.

#### **4. DA CARÊNCIA**

- 4.1. Não haverá carência, exceto na hipótese de sinistro decorrente de suicídio do segurado, ou da (s) sequela (s) da sua tentativa, nos 2 (dois) primeiros anos de sua inclusão individual no seguro.
  - 4.1.1. A carência e o prazo citados no item anterior deverão ser observados na hipótese de aumento espontâneo e individual do limite máximo de garantia da apólice.

#### **5. DAS INCLUSÕES, ALTERAÇÕES E/OU EXCLUSÕES DE SEGURADOS**

- 5.1. As inclusões, alterações e/ou exclusões de segurados serão encaminhados pelo IFTM, à Licitante vencedora até o 15º (décimo quinto) dia do mês anterior à vigência do seguro, a relação por Campus dos segurados existentes, contendo as seguintes informações (nome, CPF, data de nascimento, capital segurado e sexo).
  - 5.1.1. Havendo atraso na remessa ou inexistência de movimentação, o faturamento do mês em referência será emitido com os dados do mês imediatamente anterior.

5.2. A exclusão dos segurados será feita mediante solicitação do segurado ou do IFTM, por escrito e devidamente assinado, constando o nome do segurado e a data a partir da qual deverá ser excluído;

5.3. A cobertura do seguro cessará, ainda, para cada Segurado com o desaparecimento do vínculo entre o aluno e o IFTM.

## **6. DOS BENEFICIÁRIOS DO SEGURO**

6.1. O segurado poderá designar beneficiário (s) livremente a qualquer tempo, durante o período de vigência da Apólice e, na falta de indicação de beneficiário(s), ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, entendemos que o capital segurado deva ser pago de acordo com o art.792 do Código Civil.

## **7. DOS CERTIFICADOS**

7.1. Cada segurado deverá receber um certificado individual informando suas garantias e seu respectivo capital segurado.

## **8. DA COMUNICAÇÃO DO SINISTRO**

8.1. O segurado ou seu beneficiário fará a comunicação, em caso de sinistro, logo que o saiba, à seguradora, mediante formulário específico que deverá ser fornecido pela mesma.

## **9. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

9.1. O custeio será integralmente pago pelo estipulante.

9.2. A adesão será compulsória.



## **ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA -**

### **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

1. A fiscalização do contrato verificará a qualidade e aceite dos serviços por intermédio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) conforme disposto **IN 05/2017**, baseado em indicadores de desempenho, obtidos como resultado de avaliações periódicas;
2. Também os resultados alcançados em relação à contratação, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
3. Além disso, o cumprimento das demais obrigações decorrentes desta contratação;
4. A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação (conforme tabelas abaixo), cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado.
5. Ao final de cada período, a CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade devidamente fundamentado, no qual constará o resultado obtido pela CONTRATADA.
6. As situações abrangidas pelo IMR referem-se aos fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.
7. O fiscal do contrato ou substituto designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto à CONTRATADA de acordo com as tabelas a seguir.
8. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o fiscal notificará imediatamente a CONTRATADA, para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir desta notificação.
9. A notificação, quanto à existência de irregularidades na execução do contrato, poderá ser verbal ou por escrito;
10. Caso as notificações mencionadas acima não sejam atendidas no prazo estabelecido, caberá ao fiscal do contrato a abertura de ocorrência.
11. Ao final de cada mês, a CONTRATADA encaminhará ao fiscal do contrato, um extrato dos serviços prestados no período, para apuração do valor a ser faturado.
12. Após apuração, o fiscal repassará as informações à CONTRATADA, para emissão da fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido os descontos relativos à aplicação do IMR.
13. O fiscal do contrato, ao receber a fatura, fará a conferência quanto aos valores autorizados, realizando o ateste dos serviços prestados.
14. Abaixo constam as tabelas que deverão ser utilizadas pelo fiscal do contrato durante o acompanhamento da prestação dos serviços ora contratados:

<b>Instrumento de Medição de Resultado (IMR)</b>				
<b>Disponibilidade do Serviço</b>				
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>			
Finalidade	Garantir a qualidade dos serviços disponibilizados durante o período contratado e o cumprimento das exigências estabelecidas nesta contratação			
Meta a cumprir	100% dos serviços executados			
Instrumento de medição	Relatório de controle de ocorrências, conforme modelo disponível neste termo de referência, com registro apurado em cada período.			
Forma de acompanhamento	Fiscalização do contrato			
Periodicidade	Mensal			
Mecanismo de Cálculo	A quantidade de ocorrências no mês, refletirá no percentual de atingimento da meta (%)			
Início da vigência	A partir da assinatura do contrato e/ou da emissão da ordem de serviços			
Faixas de ajuste no pagamento				
	01	0 a 02	100%	100%
	02	03 a 04	95%	95%
	03	05 a 06	90%	90%
	04	07 a 09	85%	85%
	05	10 ou mais	80%	80%
Sanções	<b>Rescisão contratual a critério da CONTRATANTE:</b>  a) A existência de 10(dez) ou mais ocorrências em um único mês; b) O índice de satisfação ficar abaixo de 95% durante 06(seis) meses ou mais; c) Além das demais sanções previstas no Termo de Referência.			

#### TABELA DE AJUSTAMENTO DE PAGAMENTO

<b>VALOR MENSAL DO CONTRATO</b>			<b>R\$ XXXXX</b>
<b>PERÍODO DO CONTRATO</b>			<b>Mês/Ano</b>
<b>QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS NO MÊS</b>	<b>FAIXA DE AVALIAÇÃO IMR</b>	<b>PERCENTUAL ATINGIDO DA META(%)</b>	<b>VALOR DA FATURA APÓS MEDIÇÃO</b>
X	FAIXA: XX	XX%	R\$ XXXXX

#### TABELA DE ACOMPANHAMENTO FAIXA DE RECEBIMENTO

ACUMULATIVO (12 MESES)

% REFERENTE AO RECEBIMENTO DO MÊS

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
100%	95%	80%	100%								

TABELA DE FATORES DE AVALIAÇÃO

RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS			
ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	Nº OCORRÊNCIA
01			
02			
03			
04			
05			
06			



**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Triângulo Mineiro

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI**

## **ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA –** **ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**



## Estudo Técnico Preliminar - 4/2022

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 23199.005188/2022-21

### 2. Descrição da necessidade

Conforme destacado no DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA, constante do processo NUP 23199.005188 /2022-21, a proposição para a contratação deste seguro contra acidentes pessoais somente para estagiários visa atender os ditames da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 e da Portaria nº. 8 de 23 de janeiro de 2001 que dispõem sobre o estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e supletivo.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CPO- REITORIA (Coordenação de Planejamento Orçamentário)	Fabiano Franciulle Ferreira Resende
CGPI (Coordenação Geral de Planejamento Institucional)	Marcos César Eugênio Botta

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### 4.1 Requisitos relacionados à empresa:

4.1.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste pregão, desde que a empresa:

- seja devidamente cadastrada junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- possuam registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018;
- declare estar ciente e que concorda com as condições contidas no ETP e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos da habilitação definidos no ETP e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências do ETP, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- elabore sua proposta de forma independente;
- não possua, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.1.2 A empresa deve ser hábil para prestação de serviços continuados.

4.1.3 Para qualificação técnica, a licitante deverá apresentar a Certidão de Administradores, emitida pela superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para fins de participação em licitação, que comprove a inexistência de pendências perante ao referido órgão.

4.1.4 A empresa deverá apresentar comprovante de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a 01 (um) ano, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

#### 4.2 Requisitos relacionados ao serviço:



**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Triângulo Mineiro

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI**

ANEXO nº 0000786758

UASG 158309

DOCS/IFTM - 0000395170 - DESPACHO

Estudo Técnico Preliminar 4/2022

#### 4.2.1 Coberturas:

- MORTE ACIDENTAL – R\$ 10.000,00;
- INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE – R\$ 10.000,00;
- DESPESAS MÉDICO HOSPITALARES E ODONTOLÓGICAS – R\$ 1.500,00

4.2.2 O seguro dará cobertura às 24 horas do dia e por todo território.

#### 4.2.3 Garantias básicas:

- **Morte Acidental** – A Contratada deverá efetuar o pagamento do capital segurado ao(s) beneficiário (s), em caso de morte do segurado ocasionada por acidente pessoal, ocorrido durante a vigência do contrato.
- **Invalidez Permanente Total ou Parcial por acidente** – A Contratada deverá efetuar o pagamento de indenização ao segurado, relativa à perda, redução ou a impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em razão de lesão física ocasionada por acidente pessoal, ocorrido durante a vigência do seguro. Após a conclusão do tratamento, ou esgotados os recursos terapêuticos para a recuperação e verificada a existência de invalidez permanente avaliada quando da alta médica definitiva, a Seguradora pagará ao próprio segurado uma indenização, conforme Tabela para Cálculo de Indenização em caso de invalidez permanente, que deverá estar anexa às condições gerais do seguro.
- **Despesas Médico Hospitalares e Odontológicas** – A Contratada deverá efetuar o pagamento do capital segurado ao(s) beneficiário (s), decorrentes de acidente coberto, efetuadas exclusivamente pelo beneficiário para o seu tratamento, desde que iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados da data do evento, sob orientação médica, incluindo diárias hospitalares necessárias para restabelecimento do beneficiário, limitado ao valor do contrato.

4.2.4 Considera-se acidente pessoal o evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário, violento, causador de lesão física, que, por si só e independente de toda e qualquer causa, tenha como consequência direta a morte ou a invalidez permanente total ou parcial do segurado.

4.2.5 Não haverá carência, exceto na hipótese de sinistro decorrente de suicídio do segurado, ou da(s) seqüela(s) da sua tentativa, nos 2 (dois) primeiros anos de sua inclusão individual no seguro.

#### 4.3 Outros requisitos:

4.3.1 O contrato terá vigência de 12 meses, a partir da emissão da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, I, da Lei 8.666, de 1993.

4.3.2 O licitante deve declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.3.3 A contratada deverá manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições legais exigidas para a contratação, sob pena de rescisão e aplicação das sanções previstas nos documentos licitatórios e legislação vigente.

4.3.4 A entrega das apólices de seguro, não poderá exceder 10 (dez) dias a contar do recebimento da Nota de Empenho juntamente com as respectivas listagens dos segurados.

4.3.5 Em caso de sinistro coberto pela apólice ou prejuízos indenizáveis, o pagamento da devida indenização deverá ser efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento de toda a documentação e informações ou esclarecimentos solicitados ao(s) Beneficiário(s).

4.3.6 A contratada será responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa e/ou dolo quando da entrega dos serviços.

#### 4.4 Sustentabilidade:

4.4.1 O objeto pleiteado não se enquadra em vínculos de caráter sustentável na especificação técnica do objeto.

4.4.2 Devido à natureza do serviço, não haverá cláusula no termo de referência referente à sustentabilidade uma vez que o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU não faz nenhuma recomendação (<http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/33924880>).



ANEXO nº 0000786758

UASG 158309

DOCS/IFTM - 0000395170 - DESPACHO

Estudo Técnico Preliminar 4/2022

## 5. Levantamento de Mercado

A contratação dos serviços pode ocorrer de formas diversas, a depender das necessidades da Administração. É imprescindível, porém, que reste devidamente comprovado que a solução eleita seja aquela que efetivamente atenda a demanda da entidade com a melhor relação custo-benefício, realizados todos os estudos comparativos a embasar a escolha do modelo.

No caso dos serviços de seguro pessoal, é possível verificar que a grande maioria dos órgãos públicos adota o modelo de contratação ora proposto, inclusive o próprio IFTM.

As soluções abaixo são alguns exemplos de licitações que tratam do mesmo tipo de objeto do presente certame:

ÓRGÃO	UASG	Nº Pregão	OBJETO
IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro	158099	16/2018	Contratação de empresa para prestação de serviço de seguro contra acidentes pessoais para Alunos e Estagiários, observadas as normas cogentes editadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Reitoria e seus Campi.
IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro	158099	07/2021	Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de seguro contra acidentes pessoais para os estagiários deste IFTM, mediante apólice coletiva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
IFMT- Instituto Federal do Mato Grosso	158144	32222/2022	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de seguro de vida e acidentes pessoais do Tipo Coletivo para os alunos e estagiários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva e unidades participantes, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas em Edital e seus anexos

Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços para este procedimento conforme previsão do inciso I, III e IV do art. 3º do Decreto Nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, já que há a necessidade de contratações frequentes, atenderá mais de um órgão /unidade e não é possível definir o quantitativo a ser demandado pela Administração

## 6. Descrição da solução como um todo

Contratação de serviços de seguro em grupo contra acidentes pessoais, mediante apólice coletiva, para estagiários do e no IFTM.

### 6.1 Detalhamento da solução:

Contratação de empresa para prestação de serviço de seguro contra acidentes pessoais para estagiários, pelo prazo de doze meses, podendo ser prorrogado até o limite legal (sessenta meses), observadas as normas cogentes editadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Reitoria e seus Campi, por meio de licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço unitário, para REGISTRO DE PREÇOS, em moeda nacional.



ANEXO nº 0000786758

**UASG 158309**

DOCS/IFTM - 0000395170 - DESPACHO

**Estudo Técnico Preliminar 4/2022**

6.2 Justificativas para a adoção do sistema de registro de preços:

- Nos termos do inciso I do art. 3º do Decreto Nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, já que há a necessidade de contratações frequentes.
- Conforme previsão do inciso III do art. 3º do Decreto Nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, já que se atenderá mais de um órgão / unidade.
- Conforme previsão do inciso IV do art. 3º do Decreto Nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, pela impossibilidade de definir o quantitativo preciso a ser demandado pela Administração.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Devido às exigências que fundamentam a contratação de seguros contra acidentes pessoais para os estagiários não é possível estabelecer uma quantidade precisa dos seguros a serem contratados, uma vez que o serviço não é destinado a todos os alunos, mas tão somente aqueles estudantes que estejam regularmente matriculados e estando aptos a realizar o estágio na modalidade obrigatória, de acordo com o projeto pedagógico dos cursos. O seguro, ficará vigente, até a conclusão do estágio, na modalidade obrigatória, sendo exigência para o êxito do estudante. Portanto, estima-se a contratação das quantidades descritas na Consolidação 83/2022 e no Plano Anual de Contratações PAC/PGC/2022 conforme anexos de 03 a 10 do Ofício Interno nº 07 /2022/CPO-REI deste processo e que são oportunamente descritas no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DO ITEM: CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS PARA ESTAGIÁRIOS (PELO PRAZO DE 12 MESES).	
CAMPL/REITORIA	Quantidade
REITORIA	30
CAMPUS PARACATU	1000
CAMPUS UBERABA	820
CAMPUS ITUIUTABA	315
CAMPUS UBERLÂNDIA	450
CAMPUS PATOS DE MINAS	80
CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE	100
CÂMPUS AV. UBERABA - PARQUE TECNOLÓGICO	420

Ademais informamos que a memória de cálculo que fundamenta a estimativa das quantidades contratadas segue como anexo ao Ofício Interno 07/22-CPO-REI deste processo.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$): 5.561,95**



**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Triângulo Mineiro

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI**

ANEXO nº 0000786758

UASG 158309

DOCS/IFTM - 0000395170 - DESPACHO

Estudo Técnico Preliminar 4/2022

A metodologia utilizada para a estimativa do valor da contratação obedeceu aos parâmetros previstos na Instrução Normativa no 73/2020, sendo realizada a análise em contratações similares de outros órgãos públicos através de consulta nos sites Banco de Preços ([www.bancodeprecos.com.br](http://www.bancodeprecos.com.br)) e Painel de Preços ([www.paineldepresos.planejamento.gov.br](http://www.paineldepresos.planejamento.gov.br)). Os orçamentos estão anexados à este ETP e estão oportunamente demonstrados no quadro abaixo:

Item	Especificação do serviço	ORÇAMENTOS			MÉDIA
		1	2	3	
1	SEGURO/GARANTIA	R\$ 0,70	R\$ 1,13	R\$ 3,37	1,73

DESCRIÇÃO DO ITEM: CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS PARA ESTAGIÁRIOS (PELO PRAZO DE 12 MESES)		
CAMPI/REITORIA	Quantidade	VALOR
REITORIA	30	R\$ 51,90
CAMPUS PARACATU	1000	R\$ 1.730,00
CAMPUS UBERABA	820	R\$ 1418,60
CAMPUS ITUIUTABA	315	R\$ 544,95
CAMPUS UBERLÂNDIA	450	R\$ 778,50
CAMPUS PATOS DE MINAS	80	R\$ 138,40
CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE	100	R\$ 173,00
CÂMPUS AV. UBERABA - PARQUE TECNOLÓGICO	420	R\$ 726,60



**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Triângulo Mineiro

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI**

ANEXO nº 0000786758

UASG 158309

DOCS/IFTM - 0000395170 - DESPACHO

Estudo Técnico Preliminar 4/2022

TOTAL:	3215	R\$ 5.561,95
--------	------	--------------

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com a Súmula 247 do Tribunal de Contas da União-TCU, o parcelamento do objeto é a regra nas contratações públicas. Contudo o parcelamento deve ser técnica e economicamente viável, o que não ocorre no objeto deste estudo, uma vez que a divisão poderá diminuir a atratividade para maior participação das empresas. Desta forma, a solução não será parcelada, visto a licitação ser conjunta entre todos os campi e reitoria do IFTM, gerando assim, maior atratividade ao mercado e aumentando a competitividade por meio de um único fornecedor.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A EPC realizou uma pesquisa no site do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, no endereço <https://iftm.edu.br/administração/contratos>, consultando todos os contratos vigentes onde foram detectados os seguintes processos:

REITORIA (UBERABA)	23199.004096/2020-62
ITUIUTABA	-----
PARACATU	23203.000707/2018-72
PATOS DE MINAS	23494.000563/2018-26
PATROCÍNIO	23423.003500/2021-61
UBERABA	23200.003624/2021-61
UBERABA PARQUE TECNOLÓGICO	23199.004096/2020-62
UBERLÂNDIA	23201.001905/2018-73
UBERLÂNDIA CENTRO	23199.004096/2020-62



ANEXO nº 0000786758

UASG 158309

DOCS/IFTM - 0000395170 - DESPACHO

Estudo Técnico Preliminar 4/2022

Existem no Campus alguns contratos em vigência e até mesmo em tempo hábil para prorrogação. No entanto, esse estudo é viabilizado para contratação SRP (sistema de registro de preço), não implicando em contratação imediata, ressalvado se for mais vantajosa. Então, por segurança administrativa, sugerimos que todos os Campi participem, para o caso de a atual contratada resolver não continuar com o contrato.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada ao PDI 2019 a 2023:

- Organização Administrativa: item 7.7.2 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro.

Ademais a contratação também consta devidamente planejada no ambiente de planejamento institucional (MPlan) e no ambiente de planejamento do Governo Federal (PAC/PGC 2022) de cada um dos campi participantes, de acordo com os anexos de 03 a 10 do Ofício Interno nº 07/2022/CPO-REI deste processo, tal como se observa no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DO ITEM: CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS PARA ESTAGIÁRIOS (PELO PRAZO DE 12 MESES).		
CAMPI/REITORIA	Quantidade	Ordem na Consolidação 83/2022
REITORIA	30	01
CAMPUS PARACATU	1000	01
CAMPUS UBERABA	820	01
CAMPUS ITUIUTABA	315	01
CAMPUS UBERLÂNDIA	450	01
CAMPUS PATOS DE MINAS	80	01
CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE	100	01





**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Triângulo Mineiro

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI**

ANEXO nº 0000786758

UASG 158309

DOCS/IFTM - 0000395170 - DESPACHO

Estudo Técnico Preliminar 4/2022

CÂMPUS AV. UBERABA - PARQUE TECNOLÓGICO	420	01
---	-----	----

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O benefício direto da contratação se configura no atendimento da legislação vigente que dispõe sobre as condições para o estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo.

Além disso, como se trata de uma licitação conjunta entre os diversos campi do IFTM, a economicidade se concretiza no valor reduzido dos itens licitados (apólice). Além disso, por ser SRP, o órgão não está obrigado legalmente a adquirir toda a quantidade do certame.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra a necessidade de tomada de providências de adequações de ambientes para a viabilização da contratação e prestação dos serviços.

Após a finalização deste EPT, a providência a ser adotada refere-se ao seguimentos dos trâmites licitatórios, como elaboração do Termo de Referência e Edital e demais ações que subsidiem a efetivação da contratação do seguro contra acidentes pessoais.

Ademais, sugere-se que os servidores que forem designados para as atividades de fiscalização do contrato participem previamente das reuniões e acompanhamento da entrega do objeto.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram verificados impactos ambientais para o objeto desta contratação.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Concluimos que a Contratação é viável, pois a realização do Objeto através da Contratação de empresa especializada para prestação de SERVIÇOS DE SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS além de ser subsidiada pelas determinações da legislação vigente no tocante as condições para o estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo, se mostra viável e possível em todos os critérios avaliados, com base nos apontamentos realizados neste estudo preliminar, os quais estão devidamente registrados neste documento, justifica-se a viabilidade da contratação.





**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Triângulo Mineiro

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI**

ANEXO nº 0000786758

**UASG 158309**

DOCS/IFTM - 0000395170 - DESPACHO

**Estudo Técnico Preliminar 4/2022**

## **16. Responsáveis**

**LUCIENE CARLA SILVA RUFINO**

Técnico em Assuntos Educacionais

**CHRISTIANO NOGUEIRA MALUF DE VASCONCELLOS CHAVES**

Assistente em Administração

**JANE CELIA FERNANDES DE LIMA**

Assistente em Administração

**VINICIUS NUNES DE ALMEIDA**

Assistente em Administração

**CAROLINE SILVA SEVERINO**

Técnica em Assuntos Educacionais

**LIVIA MOREIRA DE ANDRADE**

Auxiliar em Administração



**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Triângulo Mineiro

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI**

ANEXO nº 0000786758

**UASG 158309**

DOCS/IFTM - 0000395170 - DESPACHO

**Matriz de Gerenciamento de Riscos 4/2022**

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Portaria 720 de 20.05.2022 - Equipe de planejamento para licitação conjunta - Seguro contra acidentes pessoais.pdf (75.13 KB)
- Anexo II - Memória de Cálculo Seguro Estagiários 2022(1).pdf (797.64 KB)
- Anexo III - 3 - CONSOLIDAÇÃO 2022\_83 SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS \_ SOMENTE ESTAGIÁRIOS(3).pdf (73.46 KB)
- Anexo IV - Cotação Pannel de Preços.pdf (70.68 KB)
- Anexo V - Cotação Banco de Preços(2).pdf (75.86 KB)



**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Triângulo Mineiro

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI**

ANEXO nº 0000786758

**UASG 158309**

DOCS/IFTM - 0000395170 - DESPACHO

**Matriz de Gerenciamento de Riscos 4/2022**

**Anexo I - Portaria 720 de 20.05.2022 - Equipe de  
planejamento para licitação conjunta - Seguro contra  
acidentes pessoais.pdf**

---

20/05/2022 0000768848

DOCS/IFTM-0000380416-PORTARIA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**

### **PORTARIA / REI / Nº 720 DE 20/05/2022 - REITORIA**

A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Presidencial de 09/12/2019, publicado no DOU de 10/12/2019, Seção 2, Página 1, e Lei nº 11.892 de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, resolve:

I – Designar o(a)s servidore(a)s para compor Equipe de Planejamento de Contratação – EPC a fim de elaborar os Estudos Técnicos Preliminares (EP) e Gerenciamento de Riscos (GR), para a licitação conjunta cujo objeto é "SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS (SOMENTE ESTAGIÁRIOS) - 2022", nos termos do art. 4º, inciso III e art. 5º, parágrafos 1º e 2º, do anexo à Resolução nº 58/2018, de 11 de dezembro de 2018, conforme detalhamento abaixo:

Servidor	Matrícula SIAPE	Cargo	Campus	Função
LUCIENE CARLA SILVA RUFINO	1749067	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	CAMPUS PARACATU	Presidente
JANE CELIA FERNANDES DE LIMA	1761329	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	CAMPUS UBERABA	Vice- Presidente
CHRISTIANO NOGUEIRA MALUF DE VASCONCELLOS CHAVES	1683906	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	CAMPUS AVANÇADO UBERABA PARQUE TECNOLÓGICO	Membros
NÃO INDICOU SERVIDOR(A)			CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE	
VINICIUS NUNES DE ALMEIDA	1980283	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	CAMPUS ITUIUTABA	
LÍVIA MOREIRA DE ANDRADE	3008609	AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO	CAMPUS PATOS DE MINAS	
NÃO PARTICIPA			CAMPUS PATROCÍNIO	
CAROLINE SILVA SEVERINO	1761245	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	CAMPUS UBERLÂNDIA	
NÃO PARTICIPA			CAMPUS UBERLÂNDIA CENTRO	



INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
Triângulo Mineiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN  
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI

20/05/2022 0000788858

DOCS/IFTM-0000380416-PORTARIA

NÃO INDICOU SERVIDOR(A)	REITORIA
-------------------------	----------

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

DEBORAH SANTESSO BONNAS  
REITOR(A)



Documento assinado eletronicamente por DEBORAH SANTESSO BONNAS, REITOR(A), em 20/05/2022, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.iftm.edu.br/autenticacao/> informando o código verificador **641C3A5** e o código CRC **A0259B30**.

Referência: NUP: 23199.005961/2022-50

DOCS nº 0000380416



**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Triângulo Mineiro

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI**

ANEXO nº 0000786758

**UASG 158309**

DOCS/IFTM - 0000395170 - DESPACHO

**Matriz de Gerenciamento de Riscos 4/2022**

## **Anexo II - Memória de Cálculo Seguro Estagiários 2022 (1).pdf**

---



ANEXO nº 0000756868

DOCSID: 1010303108950701GIDEN: PARNO

MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSOLIDAÇÃO 2022/83 –

## SEGUROS EM GERAL

(CONTRA ACIDENTES PESSOAIS)

**Planejamento - IFTM** - planejamento@iftm.edu.br  
para PRODIN, Diretoria, PROAD

Patrícia Lirio informou que 30 (trinta) avaliações é suficiente.

Atenciosamente,

Fabiano,  
CPO

---

**Equipe de planejamento da Reitoria**  
**Planejamento Orçamentário (CPO):** (34) 3346-1107  
**Planejamento Estratégico (CPE):** (34) 3346-1105  
**Serviço de Apoio ao Banco de Insumo (SABI):** (34) 3346-1107  
**Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)**  
**Uma equipe em busca da Excelência!**

[Conheçam o site do planejamento clicando aqui](#)

**Direção Geral - Campus Paracatu**  
 para Coordenação, DAP-URIA, Diretoria, Coordenação, Departamento, Coordenação, Coordenação, Diretoria, Coordenação, Coordenação, Diretoria, Direção, Direção, Direção, Direção, Direção, Direção, Direção, Direção, Anivaldo, Marcos, Licitação, Fabiano, Brasília, Aquicê

Pracado Fabiano.

O Campus Paracatu irá participar deste certame, pois iremos realizar a última prorrogação contratual que terminará no meio de 2023. Para tanto, enviamos a memória estimada da quantidade de alunos por curso.

CURSO	ALUNOS APTOS A FAZER ESTÁGIO
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	37
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	60
ENGENHARIA ELÉTRICA	113
MATEMÁTICA	30
ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO	166
ADMINISTRAÇÃO CONCOMITANTE	58
ELETRÔNICA CONCOMITANTE	7
ELETRÔNICA INTEGRADO	167
INFORMÁTICA INTEGRADO	164
MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	17
<b>TOTAL</b>	<b>852</b>

Colocando uma reserva técnica, pode considerar os 1000 estagiários previstos anualmente.

Atenciosamente,

Em qua. 30 de mar. de 2022 às 14:06, Planejamento - IFTM <[planejamento@iftm.edu.br](mailto:planejamento@iftm.edu.br)> escreveu:

**Anivaldo Franco de Paula**  
para mim ▾

quá, 31 de mar: 08:28 ☆

Bom dia,

Encaminho em anexo a demanda gerada pela Coordenação de Estágio do Campus Itulubate referente ao planejamento do seguro contra acidentes pessoais para estudantes aptos ao estágio em 2022.

O cálculo foi baseado em alunos aptos ao estágio obrigatório por curso, conforme a seguir:

Curso	Qtd estudantes aptos
Técnico em Administração	48
Técnico em Eletrotécnica	76
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	46
Alimentos	38
Ciência da Computação	47
Processos Químicos	60
<b>Total</b>	<b>315</b>

Qualquer necessidade, estou à disposição.

At,

Anivaldo

xxx



**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
Triângulo Mineiro**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN  
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI

ANEXO nº 0000756868

DOCSID: F00030810895070GIDENPARNO

Direção Geral - Campus Avançado Campina Verde

para mim

Prezado Rabilano,

Bom dia

Campina Verde participará da licitação conjunta, visto que este ano está previsto a nossa última prorrogação, com vencimento em 2023.

Segue em anexo a previsão de estagiários

Atenciosamente,

Antonio Maximiliano Neto

Diretor - Campus Avançado Campina Verde

Telefone(s): (34) 9 5915 1597

31 de mai. de 2022 09:57

MEMÓRIA ESTIMADA DA QUANTIDADE DE ALUNOS POR CURSO

CURSO	ALUNOS APTOS A FAZER ESTÁGIO
Técnico em Agropecuária	40
Técnico em Administração	40
Técnico em Informática	20
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>



**Direção Geral - Campus Patos de Minas**  
 para mim ▾

4 de 820, 08/2022 14:26 ☆

Pracados, boa tarde!

Segue a memória estimada da quantidade de alunos por curso do Campus Patos de Minas. Aprovando, solicitamos por gentileza, o ajuste da quantidade no sistema, conforme a planilha.

Curso	Alunos Aptos a realizar estágio
LOGÍSTICA	15
ELETROTECNICA	20
MINERAÇÃO	15
AGROECOLOGIA	10
ADMINISTRAÇÃO	10
<b>TOTAL</b>	70

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Obrigado!  
Atenciosamente,

Em qua., 30 de mar. de 2022 às 14:06, Planejamento - IFETM <[planejamento@ifetm.edu.br](mailto:planejamento@ifetm.edu.br)> escreveu:  
 xxx

...

Wiverson Silva Moraes  
 Diretor Geral - Campus Patos de Minas  
 Portaria nº 1587 de 29 de dezembro de 2019  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro**  
 Telefone: (34) 3030-2016

**Planejamento - IFTM**

planejamento@iftm.edu.br

para Direção

5 de abr. de 2022 16:11

Prezado Professor Weverson, boa tarde!

Podemos considerar 10(dez) seguros de reserva, pois foi planejado no mplan 80 (oitenta) seguros. OK?

No aguardo.

Fabiano Resende.

**CPO**

---

**Equipe de planejamento da Reitoria**  
**Planejamento Orçamentário (CPO):** (31) 3326-1107  
**Planejamento Estratégico (CPE):** (34) 3326-1163  
**Serviço de Apoio ao Banco de Itens (SABI):** (31) 3326-1107  
**Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)**  
**Uma equipe em busca da Excelência!**

**[Conheçam o site do planejamento clicando aqui](#)**

...

**Direção Geral - Campus Patos de Minas**

para mim

Prezado Fabiano, bom dia.

Podé sim.

Obrigado!

Atenciosamente,

...

6 de abr. de 2022 11:01



**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Triângulo Mineiro

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI**

ANEXO nº 0000786368

DOCSID: 1000030900895070 GID: SPARNO

**Memória de Cálculo para Contratação de Seguro para Estagiários**  
**IFTM - Campus Uberlândia**

Curso Técnico Concomitante ao Ensino Médio	Nº de Alunos Aptos
Agropecuária	70
Aquicultura	5
Internet das Coisas	20

Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio	Nº de Alunos Aptos
Agropecuária	110
Alimentos	55
Manutenção e Suporte em Informática/ <u>Internet das Coisas</u>	40
Meio Ambiente	5

Curso Graduação Presencial	Nº de Alunos Aptos
Engenharia Agrônômica	60
Tecnologia em Alimentos	35

Curso	Nº de Alunos Aptos
Residência Profissional Agrícola	10

**Total do Cálculo: 410**

**Com reserva técnica de 10% = 450**

**Coordenação Geral de Administração e Planejamento - Campus Avançado Uberaba - Parque Tecnológico**  
para Pesquisa, min., Direção ▾

Boa tarde,

Fabiano, muito obrigada pela abertura do ambiente.

Sigue nossa memória de cálculo:

- Licenciatura em Computação: 90
- Licenciatura em Matemática: 79
- Licenciatura em Letras: 110
- ADS: 30
- Eng<sup>o</sup>: 30
- Uicapt: 50
- Eletrônica: 40

**TOTAL 420**

**Sany Jaqueline da Rocha Martins**  
Coordenação Geral de Administração e Planejamento  
IFTM - Campus Avançado Uberaba - Parque Tecnológico  
Sala 106 - Av. Doutor Florestan Fernandes, nº 131  
Bairro Universidade - CEP: 38064-190 - Uberaba/MG -  
Telefone: +55 34 33964141/[www.iftm.edu.br/uberaba\\_parque\\_tecnologico](http://www.iftm.edu.br/uberaba_parque_tecnologico)




**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
Triângulo Mineiro**




**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI**

ANEXO nº 0000786868

DOCSID: F000030500895070 GID: 51870



**Marcos Marciano**  
 para Luis, Coordenação Didática, min, Direção, Coordenação =  
 Boa tarde Fabiano,

qui., 31 de mar. 15:50
 



Não obstante tenhamos o serviço de seguro para estagiários contratado até 05/07/2022 (ARP 07/2021), o Campus Uberaba irá participar do referido certame, como ação de segurança administrativa no caso da atual contratada não aceitar a prorrogação do objeto. Desta forma, apresentamos a MEMÓRIA DE CÁLCULO para o objeto:

IFMT - Campus Uberaba	
Cursos	Nº Alunos
Técnico Integrado em Administração	200
Técnico Integrado em Agropecuária	100
Técnico Integrado em Alimentos	100
Técnico Concomitante em Química	50
Bacharelado em Engenharia Agrônoma	100
Bacharelado em Administração	60
Bacharelado em Tecnologia	60
Licenciatura em Ciências Biológicas	20
Licenciatura em Química	20
Superior em Tecnologia em Alimentos	20
<b>Total Geral</b>	<b>820</b>

Solicitamos a abertura do ambiente **3.1.4.15 - ADMINISTRATIVO DA DIREÇÃO DE ENSINO - CAMPUS UBERABA**, para planejamento do item.

Cordialmente,

--  
 Marcos Antonio Marciano Pereira  
 Diretor de Administração e Planejamento  
 Portaria nº 2005/2015 - DCA/2612/2015 | Edição: 240 | Seção: 2 | Página: 18  
 IFMT - Campus Uberaba (34) 3319-6006

**D** **Coordenação Genl de Administração e Planejamento - Câmpus Patrocínio**  
para mestr. Direção ▾  
Boa dia Fabiano,  
Me desculpe pela falta de informação mas é que o Campus Patrocínio não participará da licitação conjunta, vez que temos contrato vigente passível de renovação.  
—  
Atenciosamente,  
  
Carlos Irmel da Mota Mundim  
Coordenador Geral de Administração e Planejamento  
IFTM - Campus Patrocínio  
34-3515-2115

- Campus Udi Centro também não participará desta licitação conjunta por ter contrato vigente.

Atenciosamente.

Uberaba, 02 de maio de 2022

Fabiano F.F. Resende.

**CPO - REI**



**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Triângulo Mineiro

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN  
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI**

ANEXO nº 0000786758

**UASG 158309**

DOCS/IFTM - 0000395170 - DESPACHO

**Matriz de Gerenciamento de Riscos 4/2022**

**Anexo III - 3 - CONSOLIDAÇÃO 2022\_83 SEGURO  
CONTRA ACIDENTES PESSOAIS \_ SOMENTE  
ESTAGIÁRIOS(3).pdf**

---



**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Triângulo Mineiro

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI**

ANEXO nº 0000768858

DOCS/IFTM - 0000395486 - DESPACHO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - REITORIA  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PRODIN  
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI

Controle: 83  
Objeto: SEGUROS EM GERAL (CONTRA ACIDENTES PESSOAIS)

### SOLICITAÇÃO CONSOLIDADA DE ITENS

3.3.90.39.69 - SEGUROS EM GERAL.

ITEM	CATMAT/CAISER	COD. ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO MATERIAL	UNIDADE	REITORIA	CAMPUS PARACATU	CAMPUS UBERABA	CAMPUS ITUIUTABA	CAMPUS UBERLÂNDIA	CAMPUS PATOS DE MINAS	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE	CAMPUS AV. UBERABA - PARQUE TECNOLÓGICO	TOTAL
1	00000906	9766	CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS PARA ESTAGIÁRIOS (PRIO PRAZO DE 12 MESES) -	UNIDADE	30	1.000	820	315	450	80	100	420	3.215

Finalidade de Consumo: CONSOLIDAÇÃO DE ITENS PLANEJADOS PARA 2022 E QUE SERÃO LICITADOS DE FORMA CONJUNTA.

Valor Total Estimado: R\$ 11.247,50 (ONZE MIL, DUZENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

REITORIA, 02 de Maio de 2022

PATRICIA LIRIO COSTA  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

HUMBERTO FERREIRA SILVA MINEU  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO





**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Triângulo Mineiro

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN  
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI**

ANEXO nº 0000786758

**UASG 158309**

DOCS/IFTM - 0000395170 - DESPACHO

**Matriz de Gerenciamento de Riscos 4/2022**

## **Anexo IV - Cotação Painel de Preços.pdf**



**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Triângulo Mineiro

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**  
**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI**

ANEXO nº 0000786758

DOCS/IFTM - 0000395170 - DESPACHO



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA

MÉDIA  
**R\$ 1,73**

MEDIANA  
**R\$ 1,13**

MENOR  
**R\$ 0,70**

## FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço Descrição Complementar Ano da Compra  
**906 10 of 226638 2021, 2022**

Quantidade total de registros: 3

Registros apresentados: 1 a 3

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00002/2021	00001	Pregão	906	SEGURO / GARANTIA		UNIDADE	122.020	R\$0,70	MBM SEGURADORA SA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA	158512 - INST FED.DO PARA/CAMPUS INDUSTRIAL MARABÁ PA	23/07/2021
00013/2021	00002	Pregão	906	SEGURO / GARANTIA		UNIDADE	32.880	R\$1,13	COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENCIA DO SUL	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	158151 - IFES INST FED DE EDUC CIE E TEC DO ESP SANTO	15/10/2021
00003/2022	00007	Pregão	906	SEGURO / GARANTIA		UNIDADE	4.800	R\$3,37	MBM SEGURADORA SA	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO	158144 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TE.DE MATO GROSSO	05/05/2022

Relatório gerado dia: 27/06/2022 às 17:23  
Fonte: paineldeprecos.planejamento.gov.br



**INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
Triângulo Mineiro

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN  
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI**

ANEXO nº 0000786758

**UASG 158309**

DOCS/IFTM - 0000395170 - DESPACHO

**Matriz de Gerenciamento de Riscos 4/2022**

**Anexo V - Cotação Banco de Preços(2).pdf**

---



INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
Triângulo Mineiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRODIN  
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL - CGPI

ANEXO nº 0000786758

DOCS/IFTM - 0000395170 - DESPACHO



## Relatório de Cotação: Seguro de Vida Estagiários

Pesquisa realizada entre 27/06/2022 17:05:29 e 27/06/2022 17:07:16

Relatório gerado no dia 27/06/2022 17:08:48 (IP: 179.83.206.13)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021.

**Método Matemático Aplicado:** Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	Total
1) Seguro de Vida Estagiários	3	1 Unidade	R\$ 4,86 (un)	-	R\$ 4,86	R\$ 4,86

Valor Global: R\$ 4,86

Valor do item em relação ao total

1) Seguro de Vida...



Relatório gerado no dia 27/06/2022 17:08:48 (IP: 179.83.206.13)  
Código Validação: 4mu%2fss%2fSpGhm%2fBD3O0eDghVambNKgfmUUCFO0gv9WnfS3bYumgp7dcjRFh%2b1o0gPYgeeejcisg%3d  
[http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?](http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=4mu%252fss%252fSpGhm%252fBD3O0eDghVambNKgfmUUCFO0gv9WnfS3bYumgp7dcjRFh%252b1o0gPYgeeejcisg%253d)  
token=4mu%252fss%252fSpGhm%252fBD3O0eDghVambNKgfmUUCFO0gv9WnfS3bYumgp7dcjRFh%252b1o0gPYgeeejcisg%253d

## Detalhamento dos Itens

## Item 1: Seguro de Vida Estagiários

Preço Estimado: R\$ 4,86 (un)

Percentual: -

Preço Estimado Calculado: R\$ 4,86

Média dos Preços Obtidos: R\$ 4,86

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	Seguro de Vida Estagiários	

## Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais

R\$ 3,37

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria Executiva

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Data: 02/05/2022 10:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: NºPregão:32022 / UASG:158144

Lote/Item: /9

Ata: [Link Ata](#)

Adjudicação: 04/05/2022 13:48

Homologação: 05/05/2022 12:19

Fonte: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Quantidade: 6.000

Unidade: UNIDADE

UF: MT

**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de seguro de vida e acidentes pessoais do Tipo Coletivo para os alunos e estagiários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva e unidades participantes, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas em Edital e seus anexos.

**Descrição:** Seguro / garantia - Serviços de seguro de acidentes pessoais coletivo, para estudantes/estagiários do IFMT, para o período de 12 (meses), que venham ocorrer no âmbito da administração e aos decorrentes de atividades escolares, aulas teóricas e práticas, exercícios físicos, jogos recreativos, competições esportivas, solenidades, excursões, visitas técnicas, atividades religiosas, trabalhos manuais e mecânicos pertinentes às disciplinas escolares, estágios curriculares, entre outros, assim como deslocamentos de ida e volta da residência e os campi do IFMT, da residência para o local de estágio e/ou de pesquisas; e nos deslocamentos em viagem de visita técnica para cumprirem atividades curriculares. Será repassado mensalmente pelos campi do IFMT uma relação com nome e CPF de todos alunos a serem cobertos pelo seguro. Coberturas e maiores detalhes sobre a prestação de serviços, conforme item 03 do Termo de Referência. Local de Prestação dos Serviços: IFMT- Campus Avançado Tangará da Serra.

CatSer: 906 - SEGURO / GARANTIA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
87.883.807/0001-06	MBM SEGURADORA SA	R\$ 3,37
* VENCEDOR *		

## Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais

R\$ 8,22

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA / (2) LICIT FDMS

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de seguro coletivo para acidentes pessoais de bolsistas e estagiários.

Data: 03/02/2022 09:00

Modalidade: Pregão

SRP: NÃO

Identificação: NºLicitação:918233

Lote/Item: 1/1

Ata: [Link Ata](#)

Adjudicação: 04/02/2022 14:40

Homologação: 04/02/2022 14:40

Fonte: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

Quantidade: 152

UF: RS

**Descrição:** SEGURO DE VIDA - Apólice de seguro coletivo destinada aos bolsistas e estagiários da Fundação Delfim Mendes Silveira - FDMS. O seguro a ser contratado deverá englobar a cobertura de, no mínimo: - Despesas médico hospitalares e odontológicas por acidente - R\$ 3.000,00; - Morte Acidental - R\$ 15.000,00; - Invalidez permanente total ou parcial por acidente - R\$ 15.000,00, e; - Assistência ou Auxílio Funeral por morte acidental - R\$ 6.000,00.\* os valores acima indicados constituem o mínimo que deverá ser oferecido pela seguradora contratada. A vigência do seguro será de 12 (doze) meses, sendo 24 horas por dia. Quantidade 152 vidas Obs. O quantitativo a ser contratado é estimativo e sofrerá variação, pois dependerá do número de bolsistas e estagiários incluídos na apólice.



Relatório gerado no dia 27/06/2022 17:08:48 (IP: 179.83.206.13)

Código Validação: 4mu%2fss%2fSpGhm%2fBD3O0eDghVambNKgfmUUCFO0gv9WnfbS3bYumgp7dcjRFh%2b1o0gPYgeeejcsig%3d  
[http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?](http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=4mu%252fss%252fSpGhm%252fBD3O0eDghVambNKgfmUUCFO0gv9WnfbS3bYumgp7dcjRFh%252b1o0gPYgeeejcsig%253d)

token=4mu%252fss%252fSpGhm%252fBD3O0eDghVambNKgfmUUCFO0gv9WnfbS3bYumgp7dcjRFh%252b1o0gPYgeeejcsig%253d

ANEXO nº 0000786758

DOCS/IFTM - 0000395170 - DESPACHO

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
87.883.807/0001-06 * VENCEDOR *	MBM SEGURADORA SA	R\$ 7,32
	BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS	R\$ 7,57
	SEGUROS SURA S.A.	R\$ 8,88
	GENTE SEGURADORA S.A.	R\$ 11,40

**Preço (Outros Entes Públicos) 2: Mediana das Propostas Finais****R\$ 2,98***Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021*

<b>Órgão:</b> ESTADO DA BAHIA / (1) SAEB - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	<b>Data:</b> 29/12/2021 08:30
<b>Objeto:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURO DE ESTAGIÁRIOS DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DIRETA E INDIRETA, LOCALIZADAS EM SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA.	<b>Modalidade:</b> Pregão
<b>Descrição:</b> SEGURO DE VIDA - SEGURO DE VIDA COLETIVO, para estagiários, com as seguintes coberturas básicas:- morte acidental por pessoa, no valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);- invalidez permanente por pessoa, no valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);- despesas médicas hospitalares por pessoa, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais). Ref: SAEB 01.68.00.00173452-0	<b>SRP:</b> SIM
	<b>Identificação:</b> NºLicitação: 911495
	<b>Lote/Item:</b> 1/1
	<b>Ata:</b> <a href="#">Link Ata</a>
	<b>Adjudicação:</b> 07/01/2022 17:48
	<b>Homologação:</b> 07/01/2022 17:48
	<b>Fonte:</b> <a href="http://www.licitacoes-e.com.br">www.licitacoes-e.com.br</a>
	<b>Quantidade:</b> 8.483
	<b>UF:</b> BA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
33.065.699/0001-27 * VENCEDOR *	SEGUROS SURA S.A.	R\$ 0,57
	GENTE SEGURADORA S.A.	R\$ 1,68
	MBM SEGURADORA S.A.	R\$ 2,98
	MAPFRE VIDA S.A.	R\$ 4,03
	BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS	R\$ 4,39







Item nº	Órgãos Participantes
01	Campus Avançado Campina Verde

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**

01	<i>Campus Ituiutaba</i>
01	<i>Campus Paracatu</i>
01	<i>Campus Patos de Minas</i>
01	<i>Campus Uberaba</i>
01	<i>Campus Uberlândia</i>
01	<i>Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico</i>

#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 *Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.*

#### **5. VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura da ata de registro de preços, não podendo ser prorrogada.

#### **6. REVISÃO E CANCELAMENTO**

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. *A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.*

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**

- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - 6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
  - 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. por razão de interesse público; ou
  - 6.9.2. a pedido do fornecedor.

## **7. DAS PENALIDADES**

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **8. CONDIÇÕES GERAIS**

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

8.3. *A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, disponibilizada para consulta por quaisquer interessados no sítio eletrônico do IFTM (<http://www.iftm.edu.br/licitacoes/>) ou pelo acesso ao processo eletrônico nº 23199.005188/2022-21 (<http://www.iftm.edu.br/protocolo/>).

Local e data  
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es)  
registrado(s)

**ANEXO III DO EDITAL**

**ANEXO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO: 23199.005188/2022-21**

<b>LICITANTE:</b>					
<b>CNPJ:</b>		<b>TEL./FAX:</b>			
<b>ENDEREÇO:</b>				<b>BAIRRO:</b>	
<b>CIDADE:</b>			<b>ESTADO:</b>		<b>CEP:</b>
<b>CONTATO:</b>			<b>E-MAIL:</b>		
<b>BANCO:</b>		<b>AGÊNCIA:</b>		<b>CONTA CORRENTE:</b>	

**DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE										UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			REI	URA	Av. UPT	UDI	UDI CENTRO	PTM	PCT	ITU	PTC	Av. CV			
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR															

Uberaba – MG, .....de.....de 202X.

Razão social da Contratada  
CNPJ da Contratada  
Nome do representante da Contratada  
CPF do Representante da Contratada

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Triângulo Mineiro  
<Nome da Reitora ou Substituta Legal>  
<Reitora ou Substituta da Reitora>

**Testemunhas:**

1) Nome:

2) Nome:

CPF:

CPF:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA

ANEXO IV DO EDITAL

TERMO DE CONTRATO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA  
(Exs.: manutenção de elevadores, veículos, de condicionadores de ar e predial, fornecimento de passagens aéreas, locação de impressoras e máquinas reprográficas, telefonia, lavanderia)

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI OIFTM  
REITORIA E A EMPRESA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Reitoria, com sede no (a) Av. Randolpho Borges Junior, 2900, Univerdecidade na cidade de Uberaba/MG CEP: 38064-300, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.695.891/0001-00, neste ato representado pela Reitora, Professora Déborah Santesso Bonnas, nomeada pelo Decreto de 09 de dezembro de 2019, publicado no DOU de 10 de dezembro de 2019, portador da matrícula funcional nº 1285422, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão *por Sistema de Registro de Preços* nº ...../20 ....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS PARA OS ESTAGIÁRIOS DESTA IFTM mediante apólice coletiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES
01 - CONTRATAÇÃ O DE SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS PARA ESTAGIÁRIOS (PELO PRAZO DE 12 MESES)	CAMPUS	-	-	R\$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA

- - .				

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor mensal da contratação é de R\$...... (.....), perfazendo o valor total de R\$......( ).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20 , na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: XXXX

Fonte: XXXX

Programa de Trabalho: XXXX

Elemento de Despesa: XXXX

PI: XXXX



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

**8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

**9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA

- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Uberaba - Justiça Federal.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
REITORIA**

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO

ANEXO V DO EDITAL

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO XX/2022 do IFTM - REITORIA.

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: \_\_\_\_\_ CNPJ/MF: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_  
Agência \_\_\_\_\_ C/C \_\_\_\_\_

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_ dias. (prazo mínimo: 60 dias)

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que estamos de acordo com todas as cláusulas do edital e seus anexos, e que nesta proposta estão inclusos todos os impostos, taxas, seguros e encargos sociais e trabalhistas que incidem ou que venham a incidir no objeto licitado.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unitário	Valor total
01	CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS PARA ESTAGIÁRIOS (PELO PRAZO DE 12 MESES)	UNIDADE	3.215	R\$ XXX	R\$ XXX

Valor Total por extenso R\$ \_\_\_\_\_ (.....).

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO**

**ANEXO VI DO EDITAL**

**MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR**

<b>Instrumento de Medição de Resultado (IMR)</b>				
<b>Disponibilidade do Serviço</b>				
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>			
Finalidade	Garantir a qualidade dos serviços disponibilizados durante o período contratado e o cumprimento das exigências estabelecidas nesta contratação			
Meta a cumprir	100% dos serviços executados			
Instrumento de medição	Relatório de controle de ocorrências, conforme modelo disponível neste termo de referência, com registro apurado em cada período.			
Forma de acompanhamento	Fiscalização do contrato			
Periodicidade	Mensal			
Mecanismo de Cálculo	A quantidade de ocorrências no mês, refletirá no percentual de atingimento da meta (%)			
Início da vigência	A partir da assinatura do contrato e/ou da emissão da ordem de serviços			
Faixas de ajuste no pagamento	<b>Nº FAIXA</b>	<b>QTDE DE OCORRÊNCIAS</b>	<b>META (%)</b>	<b>PERCENTUAL DE RECEBIMENTO DA FATURA</b>
	01	0 a 02	100%	100%
	02	03 a 04	95%	95%
	03	05 a 06	90%	90%
	04	07 a 09	85%	85%
	05	10 ou mais	80%	80%
Sanções	<b>Rescisão contratual a critério da CONTRATANTE:</b>  a) A existência de 10(dez) ou mais ocorrências em um único mês; b) O índice de satisfação ficar abaixo de 95% durante 06(seis) meses ou mais; c) Além das demais sanções previstas no Termo de Referência.			

**TABELA DE AJUSTAMENTO DE PAGAMENTO**

<b>VALOR MENSAL DO CONTRATO</b>			<b>R\$ XXXXX</b>
<b>PERÍODO DO CONTRATO</b>			<b>Mês/Ano</b>
<b>QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS NO MÊS</b>	<b>FAIXA DE AVALIAÇÃO IMR</b>	<b>PERCENTUAL ATINGIDO DA META(%)</b>	<b>VALOR DA FATURA APÓS MEDIÇÃO</b>
X	FAIXA: XX	XX%	R\$ XXXXX





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO

**TABELA DE ACOMPANHAMENTO FAIXA DE RECEBIMENTO**

ACUMULATIVO (12 MESES)

% REFERENTE AO RECEBIMENTO DO MÊS

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
100%	95%	80%	100%								

**TABELA DE FATORES DE AVALIAÇÃO**

**RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS**

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	Nº OCORRÊNCIA
01			
02			
03			
04			
05			
06			